

Ata de Reunião

Data: 13.03.2018
Local: CEJUSC 2º Grau
Presenças: Des. **Ricardo Hofmeister Martins Costa** (coordenador);
Des. **João Paulo Lucena**
Juiz **Luis Henrique Bisso Tatsch**
Juiz **Jorge Alberto Araujo**;
Juíza **Marcela Casanova Viana Arena**;
Marta Pilla de Almada, servidora do CEJUSC 1º Grau.

Convidados: Juíza **Elisabete Santos Marques**, Juíza Auxiliar da Presidência;
Juiz **Eduardo Batista Vargas**, Juiz Auxiliar no JAEP;
Carolina da Silva Ferreira, Assessora-chefe da AGE;

Secretário: Carolina da Silva Ferreira (AGE)

Horário: 17h09min – 18h50min

Aos treze dias do mês de março de dois mil e dezoito, às 17 horas, na Sala 308 do prédio-sede do TRT da 4ª Região, ocorreu a reunião do NUPEMEC. O Des. Martins Costa iniciou a reunião. Informou sobre evento na Escola Judicial no dia 26 de abril com a participação do juiz auxiliar do TST, Rogério Neiva. Comentou que objetivo é conquistar a participação dos advogados. Informou que conversou com o Juiz Rogério Neiva e que o Vice-Presidente do TST foi convidado a participar do encerramento da Semana da Conciliação no TRT4. Referiu que a advogada Silvia Burmeister, integrante da ABRAT é entusiasta da conciliação e presente colaborar com o evento que contará também com a participação da SATERGS e AGETRA. Debatido pelos presentes se a OAB deveria compor o evento. Des. Lucena referiu que os interlocutores tradicionais são AGETRA, ABRAT e SATERGS, mas que no intuito de agregar colaboradores e ampliar a participação seria interessante convidar a OAB. Des. Martins Costa comentou que a proposta seria dividir o espaço para fala do Juiz Auxiliar do TST e para a advocacia, de forma geral. Informou que as entidades têm interesse em divulgar as iniciativas de conciliação. Des. Lucena propôs debate sobre os acordos extrajudiciais e questionou se o CEJUSC irá tratar dessas demandas. Des. Martins Costa comentou que há pretensão nesse sentido, pois permitirá a normatização. Juiz Jorge referiu que alguns juízes manifestaram posição contrária em grupo de discussão. Juiz Eduardo retomando o debate sobre o evento da advocacia, mencionou que é necessária

capacitação dos advogados para a conciliação, pois atitudes equivocadas podem comprometer a negociação. **Sobre a negociação com a Caixa Econômica Federal de certificados digitais:** Juiz Jorge vai assumir a demanda e reportará ao NUPEMEC seu andamento. **Sobre a demanda do TST de agenda de pauta para ciclos trimestrais de conciliação:** Des. Martins Costa esclareceu que, inicialmente, será enviada a disponibilidade de agenda e depois serão recebidos os processos. Mencionou a iniciativa da Vice-Presidência de conciliar em Recurso de Revista e que o Des. Fraga também se disponibilizou a atuar na demanda do TST oferecendo agenda de pautas. O primeiro ciclo ocorrerá em abril, maio e junho. Juiz Luís Henrique alertou sobre as dificuldades com remessa de processos do interior. (O Juiz Auxiliar Rogério Neiva fez contato telefônico com o Des. Martins Costa durante a reunião). Juiz Luís Henrique conversou com o Juiz Neiva e informou aos presentes a orientação de que a demanda pode ser qualificada por jurisdição e que casos de eventual demanda de jurisdição no interior pode ser estudada. **Ajustado que será disponibilizada pauta para 250 processos qualificados na jurisdição de Porto Alegre e região metropolitana e que o trabalho será dividido entre os dois CEJUSCs.** Des. Martins Costa retomou o planejamento da Semana da Conciliação, em maio. Dra. Elisabete informou que há trabalho conjunto dos Juízes Auxiliares para a Semana da Conciliação. Sugeriu a captação de estudantes para a conciliação, em razão da contabilização das horas como conciliadores. Juiz Eduardo alertou a respeito da necessidade de regulamentar o tema. Marta ressaltou que a itinerância para Gravataí está demandando serviços de secretaria do CEJUSC 1º Grau. **Juiz Jorge relatou as sugestões elaboradas para a Semana da Conciliação:** em síntese, iniciativas com os grandes litigantes, participação da Presidente em audiências de conciliação, intensificação da campanha de estímulo à conciliação por parte da Administração. Des. Martins Costa mencionou possibilidade de acordos com a CEEE nos casos de responsabilidade subsidiária. Des. Martins Costa e Des. Lucena destacaram práticas dos escritórios que podem facilitar a conciliação. Des. Lucena salientou necessidade de estimular os desembargadores para participar das audiências de conciliação. Juiz Jorge sugeriu que sejam feitas oficinas para os demais juízes para aprendizado na conciliação e, no segundo grau, para os desembargadores. Sugeriu também que seja solicitado aos gabinetes que ofereçam um servidor para capacitação no curso para conciliadores. Des. Martins Costa sugeriu que não sejam marcadas sessões na Semana Nacional da Conciliação. Reunião encerrada às 18h50min. Ata redigida pela servidora Carolina da Silva Ferreira, Assessora-chefe Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.